

**Valder Lima Sarmanho, André Franco Montoro:**

## **Nepotismo no BNDES?**

Glória Estevinho<sup>1</sup>

**Resumo:** O que se propõe, para este artigo, é uma investigação dentro do quadro dos presidentes do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) sobre a frequência ou não de uma linhagem de parentesco na composição do mesmo. Em nossa primeira verificação visualizamos dois nomes com relação de parentesco em órgãos do governo, desse modo, dedicamos atenção ao primeiro nome que salta aos olhos no quadro diretivo a saber: Valder Lima Sarmanho, o qual, ocupa a segunda cadeira na direção do banco e carrega a alcunha de cunhado do então presidente Getúlio Vargas, assim como André Franco Montoro Filho herdeiro do 27º governador de São Paulo, ocupante da 16ª cadeira na direção do banco. Propomos apresentar dados que contribuam com a genealogia do poder levando em conta seus capitais culturais, sociais e políticos na relação de cargos dentro desta instituição. Nossos esforços tentarão dar conta da linhagem parental, da construção dos capitais sociais, cultural e profissional de modo a proporcionar o reconhecimento do funcionamento da ocupação dos cargos dentro dos órgãos públicos em geral e, mais específico neste banco. O que embasa nossos questionamentos são as produções realizadas pelo NEP sobre parentesco e familismo, bem como o entendimento sobre o comportamento dessas elites no país. O método de análise utilizado, para a compreensão do acima proposto, será o prosopográfico. A partir da prosopografia busca-se entender o perfil geral destes diretores e de que maneira isto influenciaria nas diretrizes adotadas por esse banco. Portanto, o problema que se coloca é identificar essa “elite política/administrativa”, fundada sobre pesquisas empíricas. Esse estudo se faz necessário e se justifica, pois pouco ou nada se sabe sobre quem foram e quais os perfis destes diretores do BNDES. Esta análise específica a que se propõe este trabalho pode contribuir para a discussão mais ampla sobre o que é o Brasil e sua formação e mesmo o processo de formação dessa elite promovido no século XX pelo governo Vargas.

**Palavras-chave:** BNDES. Prosopografia. Genealogia. Valder Lima Sardanho. André Franco Montoro.

**Valder Lima Sarmanho, André Franco Montoro:**

## **Nepotism in the BNDES?**

**Abstract:** What is proposed for this article is an investigation within the framework of the presidents of BNDES (National Bank for Economic and Social Development) about the frequency or not of a kinship line in the composition of the same. In our first verification we visualized two names with relation of kinship in organs of the government, in this way, we dedicate attention to the first name that jumps to the eyes in the directive board that is: Valder Lima Sarmanho, which, occupies the second chair in the direction of the bank and carries the nickname of brother-in-law of the then President Getúlio Vargas, as well as André Franco Montoro Filho heir to the 27th governor of São Paulo, occupant of the 16th chair in the direction of the bank. We propose to present data that contribute to the genealogy of power taking into account its cultural, social and political capitals in the relation of positions within this institution. Our efforts will try to account for the parental lineage, the construction of social, cultural and professional capitals in order to give recognition to the functioning of the occupation of the positions within the public bodies in general, and more specific in this bank. Our questions are the productions carried out by the NEP on kinship and familism, as well as the understanding of the behavior of these elites in the country. The method of analysis used, for the understanding of the above, will be the prosopográfico. From the perspective of prosopography, we seek to understand the general profile of these directors and how this would influence

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Sociologia Política pela UFPR. Mestranda em Sociologia 2018. Endereço eletrônico: [estevinho\\_gomes@hotmail.com](mailto:estevinho_gomes@hotmail.com)

the guidelines adopted by this bank. Therefore, the problem is to identify this "political / administrative elite," based on empirical research. This study is necessary and justified, because little or nothing is known about who were and what the profiles of these BNDES directors. This specific analysis that proposes this work can contribute to the broader discussion about what is Brazil and its formation and even the process of formation of this elite promoted in the twentieth century by the Vargas government.

Keywords: BNDES. Prosopography. Genealogy. Valder Lima Sardanho. André Franco Montoro.

\*Recebido em 30/05/2018.

\*Aceito em 10/06/2018.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o início das investigações sobre os que ocuparam a cadeira da presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao longo dos 65 anos da instituição<sup>2</sup>. Os levantamentos iniciais originaram uma lista de 34 nomes de ocupantes desse cargo no período de 1952 – 2016, dos quais constatamos, num primeiro momento, pelo menos dois sobrenomes com parentesco na composição dos cargos, dentro dos critérios do nepotismo e da genealogia (OLIVEIRA, 2011). Os referidos nomes, tem relação de parentesco em órgãos do governo de modo que o primeiro nome, que salta aos olhos no quadro diretivo, a saber é o de Valder Lima Sarmanho, que foi o segundo presidente do BNDES, de junho de 1953 a fevereiro de 1955, e carrega a alcunha de cunhado do então presidente Getúlio Vargas, assim como André Franco Montoro Filho herdeiro do 27º governador de São Paulo, sendo o 16ª presidente do banco, de agosto de 1985 a janeiro de 1987. Nos intriga desvendar quais são os critérios de ocupação de tais cargos, quais os capitais necessários para desfrutar dessa condição e com que frequência há uma relação de nepotismo para ocupação do mesmo. Como pensar a ocupação de cargos dentro de uma estatal? Teria a mesma condição de ingresso tendo ou não relação parental? Ocupar esse cargo é, necessariamente sinônimo de nepotismo? Nos debruçamos nessas questões para encontrar tais razões e podermos avançar nos quesitos da prosopografia verificando a formação dessa elite<sup>3</sup>. O nepotismo é, por definição, o favorecimento dos vínculos de parentesco nas relações de trabalho ou emprego substituindo as avaliações por mérito para o exercício da função pública pela valorização

---

<sup>2</sup> Em 20 de junho de 1952, através da Lei 1.628 é criado pelo Presidente Getúlio Vargas o BNDES dentro de um projeto de desenvolvimentismo. Para aprofundamento do assunto consultar de ESTEVINHO (2016).

<sup>3</sup> Esse artigo é parte do projeto de mestrado PROSOPOGRAFIA DOS PRESIDENTES BNDES: que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR que tem na genealogia o referencial metodológico para responder as questões levantadas.

de laços de parentesco<sup>4</sup>. Devido ao acompanhamento das investigações no NEP (Núcleo de Estudos do Paraná), juntamente com as publicações lançadas por Ricardo Costa Oliveira, cujas investigações repercutem grandemente no sentido de interpretar as relações de poder enraizadas - onde as elites lançam suas teias espalhando-se por toda esfera de poder público, em grandes estatais compondo peças chaves de nepotismo e familismo - é que o presente estudo surge. Com esse estudo esperamos contribuir com as reflexões sobre os Presidentes que já ocuparam o cargo no BNDES e cujas evidências nos levam a fazer essa leitura sociológica, investigando mais atentamente as questões dessa linha de pensamento referente ao favorecimento em função do parentesco.

Conforme OLIVEIRA (2011) é pelo estudo genealógico que se desvendam as estruturas de classe. Estas, na sua grande maioria, muito calcadas em relações familiares, através das quais são transmitidos os capitais sociais, culturais e econômicos. É possível mapear uma estrutura social definindo, por esse meio, as condições sociais que determinados sobrenomes fornecem para salientar as condições favoráveis de posses ou para apontar a ausência de tais condições. Como afirma Oliveira (2011, p. 2) “...a genealogia é a ciência da história das famílias...” pois é através dela que é possível identificar as conexões pela via parental onde os casamentos acontecem e acabam acrescentando sobrenomes que depois aparecem em cargos públicos e carregam a falácia do mérito. Ao estudar a genealogia pode-se notar que os indivíduos que a compõem identificam-se pelo sobrenome que convencionou-se ser sinônimo de parentesco e agregam toda uma tradição e repercussão social pois a estrutura parental desenha, para o pesquisador as redes e conexões entre os indivíduos e os grupos familiares com interesses específicos a nível de grandes empresas estatais. Desse modo, nos instiga investigar como os sobrenomes alcançaram repercussão na história da vida social e o quanto essa relação repercute socialmente, sendo símbolo de sucesso ou fracasso social. É a partir dessa lógica genealógica que os perfis empresariais, executivos e públicos se sobressaem e passam a compor nomes e sobrenomes que ganham além das capas de revistas, jornais e a grande mídia um status social e direcionamento em grandes estatais ditando as diretrizes de funcionamento e financiamento, entre outras coisas. Dentro dessa perspectiva propõem-

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/campanhas/356-geral/13253-o-que-e-nepotismo>) consulta em: 20/02/2018.

se uma breve investigação no quadro familiar dos ocupantes do cargo dentro do BNDES, onde indícios de parentesco chamam a atenção para um viés genealógico e sociológico.

O lema do NEP é o de que família ainda importa, logo o sobrenome também, então qual mito envolve a origem dos sobrenomes? É em Ferreira (2005) que pelo menos dois mitos podem ser apontados a essa questão: Um diz que o mesmo sobrenome indica parentesco e, outro que os imigrantes que chegaram ao Brasil, o fizeram fugidos da guerra escondidos em um navio<sup>5</sup>. As próximas linhas abordam essas questões e, também, a desmistificação sobre tais situações. Ao pesquisarmos o assunto nos deparamos com duas produções que trazem para debate um historiador e um caderno lançado pelo IPEA com o intuito de fazer um estudo econômico e social que desse conta de responder alguns dados ligados aos sobrenomes.

Ferreira (2005) está preocupado em traçar a transmissão dos sobrenomes ibéricos e vai notar, por pesquisa empírica, que há uma relação entre classe social e adoção de determinado sobrenome. Tudo se deve ao modelo de registro pautado em certidões de batismo, que oferece um complicador que são os valores difundidos em uma época, o que deixa a desejar quanto a construção de uma genealogia de modo fidedigno. Seu objeto está localizado em uma ilha em Santa Catarina, mais precisamente freguesia de Nossa Senhora das Necessidades da praia comprida, atual distrito de Santo Antonio de Lisboa, município de Florianópolis. O que inquieta o autor é saber o peso dos sobrenomes açorianos naquela região. Na busca por essa resposta, constata que são reservados uma conotação muito mais social do que de gênero. Observa, ainda, que nem todos tinham um sobrenome, pois isso era um privilégio dos “bem nascidos”, assim, o filho dos fazendeiros tinham um sobrenome digno, porém, os demais, não pertencentes ao ciclo de famílias abastadas, eram submetidos aos caprichos dos donos do poder, relegados a própria sorte e condenados a uma vida miserável. Alia a seu estudo, genealogia e história, para explicar como ocorre na tradição luso-brasileira a transmissão dos sobrenomes. Constata nos registros civis e nos registros de batismo, um total desrespeito com quem ousa, nessa época, não ter dinheiro. Por outro lado, mantendo a máxima de que pobre não tem vez nem voz, em um mundo onde predominam os coronéis, que ter sobrenome é

---

<sup>5</sup> Uma história curiosa relatada sobre a pesquisa é a de descendentes de alemães e italianos em Santa Catarina difundiam esse mito dizendo que seus antepassados vieram da Europa dentro de um caixote em um navio e que ficaram tanto tempo lá que suas barbas saíam pelas frestas. Em que pese os documentos, entre os descendentes dos quais o mito se refere, disseram que Maria Zirchen e Miguel Litz e seus quatro filhos desembarcaram de forma legal.

sinônimo de dinheiro e de importância social. O autor cita o fato de que mães solteiras ao irem registrar seus filhos tinham o nome do pai ocultado, o que impede a construção da árvore genealógica. A matrilinearidade era resgatada em caso de interesse pelo sobrenome, pela sua relevância social ou pela proximidade com comunidades internacionais. Outro fato avassalador está na retirada de sobrenome de homens e mulheres mais pobres, por conta da ausência de herança ou de tradição. A adoção de um sobrenome da mãe ou do pai era permitido desde que elevasse o status da pessoa<sup>6</sup> ou por força do status social do mandante, conforme trecho a seguir:

Um assento de casamento que me chamou a atenção nesta pesquisa foi o de João Luzia da Ventura e de Marcolina Maria de Lima. No registro civil do casamento (27 de abril de 1912) está a observação de que o matrimônio foi realizado por “ordem do senhor sub-delegado, o Coronel José Antônio de Lima”. Foi o único registro em Santo Antônio de Lisboa que encontrei referência tal. Percebam que se trata de um casamento civil, segundo a lei republicana de 1890. O escrivão ao anotar esta observação no assento estava explicitando uma relação de poder bastante nítida. Pelo visto, o coronel, que era compadre do governador Hercílio Luz, realmente mandava na região. (FERREIRA, 2005, p.8)

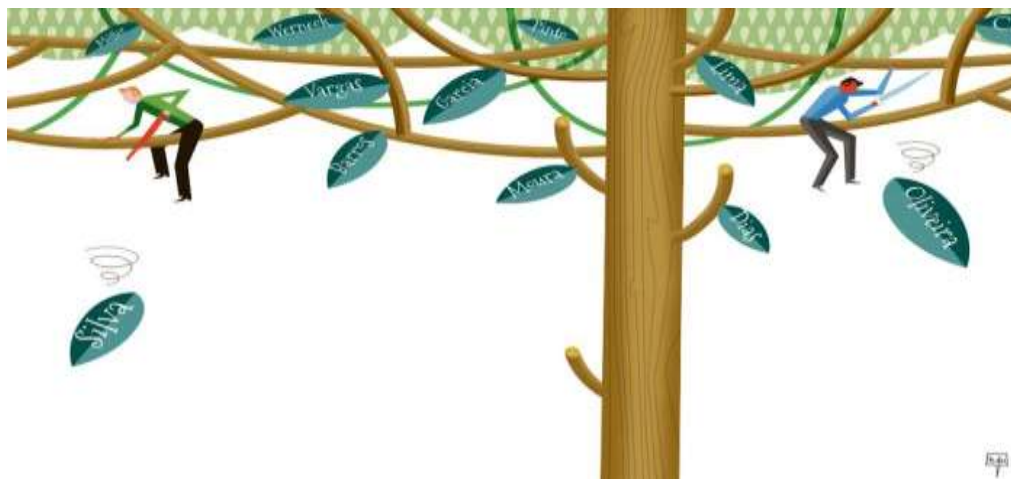
O que este estudo nos permite pensar é a relação entre genealogia e desigualdade social que produz socialmente condições desfavoráveis economicamente em função de um sobrenome, o qual indica pertencimento ou não a determinada família. Ora se temos desde os primórdios uma classificação desigual, como esperar que haja igualdade social? Como atribuir o mérito a determinados sobrenomes em destaque na mídia conhecendo a história dos sobrenomes e sabendo que isso é um elemento determinante ao sucesso individual, num país de predominância nepótica?

Monasterio (2017) faz uma relação entre sobrenome e sucesso no Brasil procurando saber: Qual a confiabilidade de um sobrenome ibérico, italiano, alemão, japonês? Esse autor mostra que tais questões, na prática cotidiana orientam escolhas e demonstram além de um preconceito um conformismo com as desigualdades existentes no país. A figura 1 abaixo sugere que quanto mais próximo do comum mais sofre cortes, ou dito de outro modo, a importância dada a um sobrenome que soa estrangeiro significa sucesso profissional, pessoal e social, o fato é que as pessoas tendem a rejeitar o que é trivial, logo, sobrenomes comuns tendem a ser desqualificados.

---

<sup>6</sup> Era praxe substituir o sobrenome do pai mais comum pelo da mãe que constava no meio e era considerado mais “chique”.

Figura 1 – ÀRVORE GENEALÓGICA – SOBRENOMES COMUNS



FONTE: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/06/o-sobrenome-influencia-no-sucesso-profissional-de-um-brasileiro-9811312.html>

Interessante essa relação relatada em uma entrevista com o autor da pesquisa, onde coloca a questão: Em caso de cirurgia de alto risco as pessoas depositariam confiança em um cirurgião de nome João da Silva ou Werner Metzger – indiferente ao significado deste último, cuja tradução em alemão está para açougueiro – os pesquisados revelam com certo rubor que preferem o estrangeiro<sup>7</sup>. O autor preocupa-se com a repercussão do nome e as condições sociais que seu portador atinge em função do estrangeirismo que possui ou não. Fatores como profissão, escolaridade e classe social são medidos e cruzados para verificar as chances de sucesso em função dessa ancestralidade. Em relação aos sobrenomes ibéricos ambos pesquisadores detectam dificuldades tanto as apresentadas acima por Ferreira (2005), quanto as apresentadas por Monastério que indicam o fato de que índios

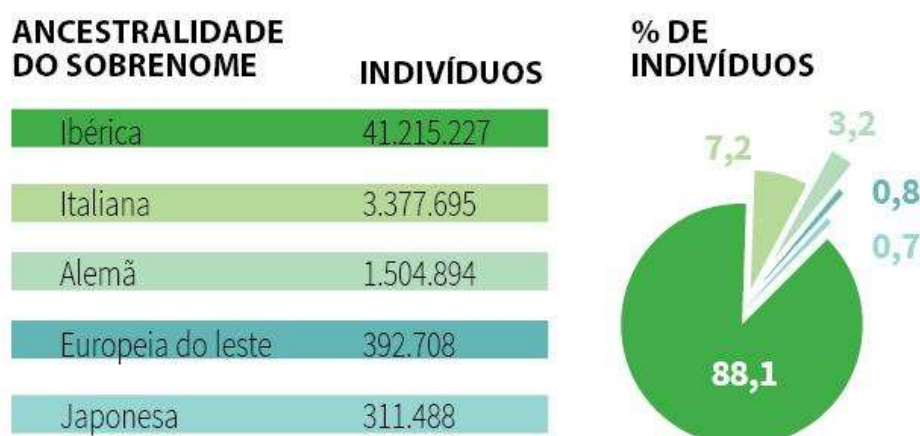
---

<sup>7</sup> A relação entre sobrenome e poder está posta também para os estudos sobre política, pelos resultados das urnas somente no Estado do Paraná, no último pleito, se pôde observar que os nomes dos eleitos carregavam sobrenomes já consagrados na política.

e negros tiveram seus sobrenomes modificados por imposição do colonizador, aumentando o lastro dos ibéricos encontrados informados pela RAIS

2013<sup>8</sup>, da qual o autor se vale para a pesquisa. Conforme figura 2 abaixo temos maior índice de sobrenomes ibéricos compondo o quadro de trabalhadores no Brasil.

Figura 2: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA - ANCESTRALIDADE E SOBRENOMES



FONTE: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/06/o-sobrenome-influencia-no-sucesso-profissional-de-um-brasileiro-9811312.html>

Classifica em cinco os sobrenomes levantados em mais de 70 mil entre brasileiros e estrangeiros, ficando para os de origem japônês os de maior escolaridade. Tais informações nos condicionam a pesquisa genealógica e mostram o quanto a ancestralidade implica na leitura de uma sociedade que não dispõe das mesmas condições de acesso a escolaridade e muito menos a possibilidade de um emprego ou acesso a um cargo.

## PROSOPOGRAFIA

<sup>8</sup> A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Criada em 1975, a RAIS tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Stone (2011) mostra que é possível o uso da prosopografia como método de pesquisa para as ciências sociais. Sendo um método favorável as biografias

coletivas, nos propomos a investigar esse mesmo quesito dentro do BNDES de forma que achamos propício perceber por essa leitura as questões ligados a estrutura e mobilidade sociais correlacionando-as com os presidentes que ocuparam o cargo em determinado período histórico e que atendem a um projeto maior de cunho nacional. Esses presidentes fazem parte de uma classe dominante e que controlam a distribuição dos recursos financeiros dentro do país, logo, tem um papel importante dentro do processo decisório. Essa importância reflete em um modo específico de atuação, cujos capitais são anteriormente construídos na forma de capitais familiares, e que permite ao sujeito ocupar a posição que ocupa e nos permite pensar por esse viés de análise.

Pelas genealogias é possível buscar uma demonstração da força e da coesão desses grupos unidos por laços sanguíneos, sociais, educacionais e econômicos. Pertencer a esses grupos é, ainda, garantia de ascensão e manutenção da sua condição social, estar fora deste ciclo é ter dificuldades de galgar uma carreira sólida e condições “favoráveis” de vida social. Para as dimensões deste artigo o que nos move são essas condições e a construção dos capitais políticos, sociais, econômicos e culturais. Em nossa proposta de trabalho, seguimos essa orientação buscando nas biografias coletivas identificação de traços comuns na maneira de uma classe dominante tradicional. Essa classe dominante circula pelos órgãos públicos, grandes estatais e se perpetuam por várias gerações.

A noção de capitais sociais é também importante para refletir por quais caminhos os biografados circulam e como constroem seu sistema de relações sociais e institucionais. Esses capitais são fundamentais para atingir seus objetivos, consciente ou inconscientemente, mas com reflexos na realidade social e política. Dado o grau da importância do BNDES, em determinados períodos da história, não é possível o acesso ao cargo sem uma rede de capitais que o sustente. O conceito de campo e de capital social são utilizados no mesmo sentido aplicado por Bourdieu (2002), ou seja, estamos considerando que os ocupantes do cargo, são originários de famílias com significativos sobrenomes e que, portanto, as mesmas eram possuidoras de capitais familiares. Assim, bem estruturadas, forneceram condições de uma formação em excelentes escolas particulares com grandes chances de acesso a complementação fora do país, inclusive. Frequentando esses ciclos a filiação partidária é uma escolha e consequência dos capitais



consolidados e construídos ao longo de uma trajetória podendo ser percebido com o auxílio do método aqui proposto.

Os presidentes Valder Lima Sarmanho e André Franco Montoro Filho, selecionados para esse início de investigação, não estão fora da lógica dos capitais familiares. Ambos pertencem a família de abastados, seus capitais são formados por seus pais e avós e lhes deram uma estrutura de capitais familiares, o que lhes permitiu, somado a um capital cultural, a possibilidade de frequentar locais onde pessoas com as mesmas condições sociais circulavam e, assim, pela via matrimonial efetivar contatos. Desse modo, o acesso as instituições estratégicas os encaminharam a outras instituições diretivas, ou a cargos políticos, conforme nos contam suas biografias.

## **VALDER LIMA SARMANHO<sup>9</sup>**

Seu nascimento data de 18/09/1901, em São Borja/RS. Era filho de Antônio Sarmanho e Alzira Lima Sarmanho, seu pai era estancieiro e comerciante, pertencente a elite gaúcha. Casou-se com Palmarina Taisser Sarmanho de quem se desquitou. Sua irmã Darci Lima Sarmanho foi a primeira esposa de Getúlio Vargas. Foi Oficial da Ordem Militar de Cristo a 20 de janeiro de 1934. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1925, nesse mesmo ano ingressou na Diretoria de Obras da Prefeitura do Distrito Federal. Durante a gestão de Getúlio Vargas no Ministério da Fazenda (11/1926-12/1927), foi seu oficial-de-gabinete. Com a ascensão de Vargas, após a Revolução de 1930, à chefia do Governo Provisório, voltou a servir como seu oficial-de-gabinete. Em janeiro de 1934 tornou-se inspetor da Fazenda, e, depois da eleição de Vargas para a presidência da República pela Assembleia Nacional Constituinte, em julho de 1934, assumiu a chefia de seu gabinete, ocupando o cargo até 1937. No ano seguinte, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói (RJ). Iniciou a carreira diplomática em 1938, como secretário da embaixada do Brasil em Havana, Cuba, tornando-se, em seguida, conselheiro comercial junto à mesma embaixada. Posteriormente serviu em Washington (1941 a 1945) e Nova Iorque (1945-1946). De volta ao Brasil, serviu na capital federal entre 1946 e 1948, sendo então, novamente, transferido para Washington.

---

<sup>9</sup> **Valder Sarmanho** – **CPDOC.** Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/valder\\_sarmanho](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/valder_sarmanho) consulta em 18/03/2018.

Em 1952 retornou ao Brasil, passando a trabalhar na Secretaria do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1953 foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas - junto ao qual atuava como conselheiro informal - coordenador dos serviços da Assessoria Econômica da Presidência da República nos assuntos referentes à cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de 1953 a 1955, ainda em 1955 foi designado delegado brasileiro no Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos, função que exerceu até 1956. De volta ao Rio, em 1957 fez o curso da Escola Superior de Guerra. Embaixador no Uruguai de 1958 a 1963, e no Peru, de 1963 a 1965, nesse último ano aposentou-se da carreira diplomática. Faleceu em 23/11/1987 no RIO DE JANEIRO/RJ

### **ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO<sup>10</sup>**

Nasceu em 25 de fevereiro de 1944, em São Paulo (SP), filho de André Franco Montoro e Luci Pestana Silva Franco Montoro. Seu pai foi deputado federal (1959-1961, 1962-1971, 1995-1999), ministro do Trabalho (1961-1962), senador (1971-1983) e governador de São Paulo (1983-1987).

Nos anos de 1959 e 1960, Montoro Filho foi secretário da União dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. Dois anos depois, já cursando economia na Universidade de São Paulo (USP), tornou-se secretário-geral do Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), e no ano seguinte vice-presidente da mesma entidade, onde permaneceu até 1964. Neste mesmo ano tornou-se secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã (JDC), cargo em que permaneceu até o ano seguinte, quando passou a integrar o Conselho Municipal do Partido Democrata Cristão (PDC).

Bacharel em economia na USP em 1965, no ano seguinte começou a lecionar na faculdade pela qual se formara. Em 1968 foi trabalhar como economista na Hidroservice — Engenharia de Projetos, onde permaneceu até 1970. Em 1969 tornou-se mestre em economia pela Escola de Pós-Graduação de Economia (EPGE) da Fundação Getúlio

---

<sup>10</sup> André Franco Montoro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/montoro-filho-andre-franco> consulta em 19/03/2018.

Vargas no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano assumiu a presidência do diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Jardim Paulista, cargo que exerceria até 1979.

Em 1974 tornou-se pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e também foi eleito representante dos professores no Conselho do Departamento de Economia da USP, onde permaneceria até 1976. Em 1975 doutorou-se em economia pela Universidade de Yale (EUA), defendendo tese sobre o sistema financeiro brasileiro. De 1976 a 1978 foi representante dos professores no Conselho Universitário da USP; e de 1977 a 1981 representou os professores da FEA-USP na Associação de Docentes da Universidade de São Paulo. Em 1978 foi novamente eleito representante dos professores no Conselho do Departamento de Economia da USP, cargo que exerceu até 1980.

Em 1978, tornou-se livre-docente em economia, na disciplina moedas e bancos, na FEA-USP. Nesse mesmo ano passou a lecionar macroeconomia na graduação e política monetária e fiscal na pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Em novembro de 1979, com a extinção do bipartidarismo e a consequente reformulação partidária, tornou-se presidente e delegado do diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No ano seguinte, passou a ser professor-adjunto da FAE e foi novamente eleito representante dos professores no Conselho Universitário da USP, posição que ocupou até 1982. Em 1983 tornou-se membro do Conselho de Administração do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), assessor econômico do governo do estado de São Paulo, na gestão de seu pai, e presidente da seção paulista da Fundação Pedroso Horta, órgão de estudos do PMDB, cargos nos quais permaneceria até 1985. Em concurso público realizado em abril de 1984 no Departamento de Economia da USP, conquistou a vaga de professor titular na área de macroeconomia.

Em março de 1985, foi designado vice-presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na gestão de Dílson Funaro. Em agosto, com a ida de Funaro para o Ministério da Fazenda, em agosto de 1985 assumiu interinamente a presidência do Banco. Não conseguiu efetivar-se no cargo, já que encontrou pela frente a resistência do próprio Funaro, com quem divergia desde sua entrada na instituição. No período de interinidade, Montoro Filho deu início ao programa de privatização de empresas. Em janeiro de 1987, com a posse de Márcio Fortes no cargo, retornou à sua função de vice-presidente. Em maio de 1988 foi afastado do cargo pelo presidente José Sarney, devido a divergências entre o grupo a que pertencia, os chamados “históricos do PMDB”, e o governo.

Em 1989 assumiu a presidência da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da FEA-USP, onde permaneceu até 1993. De 1990 até agosto de 1994, foi vice-diretor da Faculdade de Economia da USP. Ainda em 1990 foi chamado a prestar explicações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre operações supostamente irregulares entre o BNDES e a Cosipa. Em 1986, quando Montoro Filho era presidente interino do BNDES, a consultoria Partbank, especialista em fusões e aquisições, encabeçada por Vladimir Rioli, do PSDB paulista, envolveu-se em uma negociação na qual a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), que seria privatizada em 1993, deu descontos generosos na dívida de uma siderúrgica concordatária, a Pérsico Pizzamiglio S.A. O TCU entendeu que houve uma operação fraudulenta, que causara um prejuízo de US\$ 14 milhões à estatal. Como o BNDES apoiou a operação, posteriormente André Franco Montoro Filho foi investigado junto com Rioli e com a diretoria da Cosipa. Sobre o assunto, Montoro Filho afirmou desconhecer qualquer ilegalidade. Em 1993 responsabilizou a diretoria da Cosipa da última fase do governo José Sarney, presidida por Oscar Leite Alvarenga, pelos prejuízos que a estatal teve ao adquirir debêntures da Pérsico Pizzamiglio.

Considerada uma operação de fraude pelo TCU, por dispensar correção monetária, ao final Franco Montoro Filho, assim como Rioli ficaram de fora das acusações, mas confirmou-se o prejuízo e Antônio da Costa da Pérsico Pizzamiglio e outros seis membros da diretoria da Cosipa foram condenados a ressarcirem os cofres públicos.

Em 1991 tornou-se membro da Coordenação dos Institutos Especializados e presidente da Comissão Central de Recursos Humanos, ambos na USP, cargos nos quais permaneceria até 1993 e 1992, respectivamente.

Em fevereiro de 1993, convidado pelo presidente Itamar Franco, assumiu em março a presidência da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), cargo que ocupou até dezembro de 1994.

Em novembro de 1993 passou a integrar o Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE); e em janeiro de 1995, foi escolhido secretário de Economia e Planejamento do estado de São Paulo, no governo de Mário Covas, do PSDB. Com a reeleição de Covas em outubro de 1998, Montoro manteve-se no cargo e foi presidente do Programa Estadual de Desestatização (PED).

Foi candidato a deputado federal por São Paulo em 2002, mas não se elegeu e candidatou-se novamente sem sucesso em 2006 pela coligação PSDB-PFL. Em janeiro

de 2007 tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), cargo que exerce até hoje. Em junho de 2009 aposentou-se como professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP.

Casou-se com Gilda Maria Castanho Franco Montoro, com quem teve quatro filhos.

Publicou vários livros de economia, entre os quais *Moeda e Sistema Financeiro no Brasil* (1982), *Brasil: a nova etapa do desenvolvimento* (1986) e *Contabilidade Social — uma introdução à macroeconomia* (1992), além de obras em co-autoria com outros economistas, capítulos e artigos em livros, pesquisas na área de economia, artigos em revistas técnicas e jornais e mais de uma centena de palestras e conferências em São Paulo (capital e interior), em outros estados (Paraná, Brasília, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás e Amazonas) e no exterior (Nicarágua, Peru, Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Inglaterra, Portugal e Venezuela).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O quadro diretivo do BNDE é composto por 34 nomes do período de 1952 a 2016, todos os cargos ocupados por indicação do Presidente da República. Em junho de 2016 Maria Silvia Bastos Marques assume o posto, sendo a primeira mulher, a ocupar o cargo, desde a criação do banco, e permanece até maio de 2017. É sucedida pelo então presidente do IPEA, Paulo Rabello de Castro no período de junho/2017 até março/2018. Atualmente a presidência do BNDES está nas mãos de Dyogo Oliveira, que assumiu em abril de 2018. Nossa investigação leva em consideração a composição do quadro até 2016, portanto não são consideradas as últimas sucessões, para os efeitos deste artigo. Seguindo nossa proposta inicial, trabalhamos a biografia dos dois presidentes dentro do quadro que nos chamou a atenção para algum tipo de parentesco na vida pública, o que contribuiu para o acesso ao cargo, por seu acúmulo de capitais familiares, sociais e culturais. Quando temos uma linhagem na política somado a proximidade parental e/ou familiar, temos um nepotismo.

Os biografados ocuparam um cargo na presidência do BNDES em momentos distintos e tem, em seu histórico de biografia, indicativos de parentesco significativo que

permite pensar uma relação de acesso, de certo modo, facilitado pelo parentesco seja de ordem sanguínea ou por afinidade. Considerando essa metodologia como um elemento explicativo, a qual é utilizada nas interpretações das genealogias propostas pelo NEP, onde o familismo é um elemento agregador de capitais culturais e que orientam as ações de determinados atores sociais, apontamos como predominante esta condição para os dois presidentes até aqui pesquisados. Vindo de famílias oriundas de certo status social Valder Lima Sarmanho é indicado, pelo então presidente do país Getúlio Vargas seu cunhado a compor o quadro diretivo do BNDES e lá permanece por dois períodos. O curioso em sua trajetória é perceber que toda seu currículo está atrelado a permanência de Getúlio Vargas na direção do país, ocupando cargos no Brasil e fora dele sendo inclusive oficial de gabinete no Governo Provisório, após revolução de 1930. Esse caso denota uma linha parental importante como forma de acesso aos vários cargos ocupados, que são também posições estratégicas de mando, e que atende a políticas implementadas do período em que seu cunhado esteve no poder.

André Franco Montoro Filho é o segundo filho de André Franco Montoro e Luci Pestana Silva, seu pai foi jurista e político entre outros cargos foi o 27º Governador do Estado de São Paulo. Seu filho ocupa a 16ª cadeira da presidência do BNDES e tem em sua genealogia a alcunha de ser filho de um renomado político. No mesmo ano em que seu pai se elegeu Governador de São Paulo, seu filho é membro do Conselho BANESPA (Banco do Estado de São Paulo), assessor econômico do governo do estado de São Paulo, e presidente da seção paulista da Fundação Pedroso Horta, órgão de estudos do PMDB, cargos nos quais permaneceria até 1985, quando é nomeado Presidente do BNDES. Em sua genealogia é agraciado com um capital social privilegiado, de tal sorte que segue os caminhos de seu progenitor vindo a ocupar outros cargos importantes vindo a envolver-se em alguns escândalos financeiros entre BNDES e COSIPA, devidamente abafados.

Valder Lima Sarmanho e André Franco Montoro Filho foram eleitos por indicação à Presidência do BNDES, seguindo a regra de acesso ao cargo, porém antes é explícito em suas biografias a formação de capitais familiares, culturais e sociais que motivam as escolhas destes e não de outros nomes. Nossa percepção seria outra se o acesso ao cargo fosse pela via dos concursos públicos. Toda relação parental é fundamental para a trajetória dos biografados e isso é explicado pelos casamentos, nascimentos e heranças, o que pudemos visualizar, em suas trajetórias, é que: “Família ainda importa!”, conforme o lema do NEP.



2 - DIRETOR: VALDER LIMA SARMANHO

PRESIDENTE: GETÚLIO VARGAS E CAFÉ FILHO

PERÍODO DA HISTÓRIA: REGIME DEMOCRÁTICO

GESTÃO: JUNHO DE 1953 - AGOSTO DE 1954 e AGOSTO DE 1954 - FEVEREIRO DE 1955

LOCAL E DATA DE NASCIMENTO: 18 DE SETEMBRO DE 1901 – SÃO BORJA

LOCAL E DATA DE MORTE: 23 DE NOVEMBRO DE 1987 – RIO DE JANEIRO

FORMAÇÃO/PROFISSÃO: EGENHEIRO CIVIL (RJ) 1925 E BACHAREL PELA FACULDADE DE DIREITO DE NITERÓI (RJ) 1938.

FORMAÇÃO/PROFISSÃO: CARREIRA: DIRETORIA DE OBRAS DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. OFICIAL DE GABINETE DE GETÚLIO VARGAS. INSPETOR DA FAZENDA. SECRETÁRIO E CONSELHEIRO COMERCIAL DA EMBAIXADA DO BRASIL EM HAVANA, CUBA. WASHINGTON E NOVA YORK. SECRETARIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO RIO DE JANEIRO. COORDENADOR DOS SERVIÇOS DA ASSESSORIA

ECONÔMICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NOS ASSUNTOS REFERENTES À COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS.

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA:

PARENTESCO: Sua Irma Darci de Lima Sarmanho foi a primeira esposa de GETÚLIO VARGAS . Foi casado com Palmarina Taisser Sarmanho, de quem se desquitou. Advogado, político e diplomata. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói. Foi Presidente do BNDES (1953-1955). Foi membro do Gabinete Civil da Presidência da República de 1930 a 1939, embaixador do Brasil no Uruguai de 1958 a 1963, e no Peru, de 1963 a 1964. Foi Consul Geral do Brasil em Nova York.

<http://historiasuff-direito.blogspot.com.br/p/personalidades.htm>



16 - DIRETOR: ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO

PRESIDENTE: JOSÉ SARNEY

PERÍODO DA HISTÓRIA: DEMOCRACIA

GESTÃO: AGOSTO 1985 – JANEIRO 1987

LOCAL E DATA DE NASCIMENTO: 24/02/1944 – SÃO PAULO

LOCAL E DATA DE MORTE:

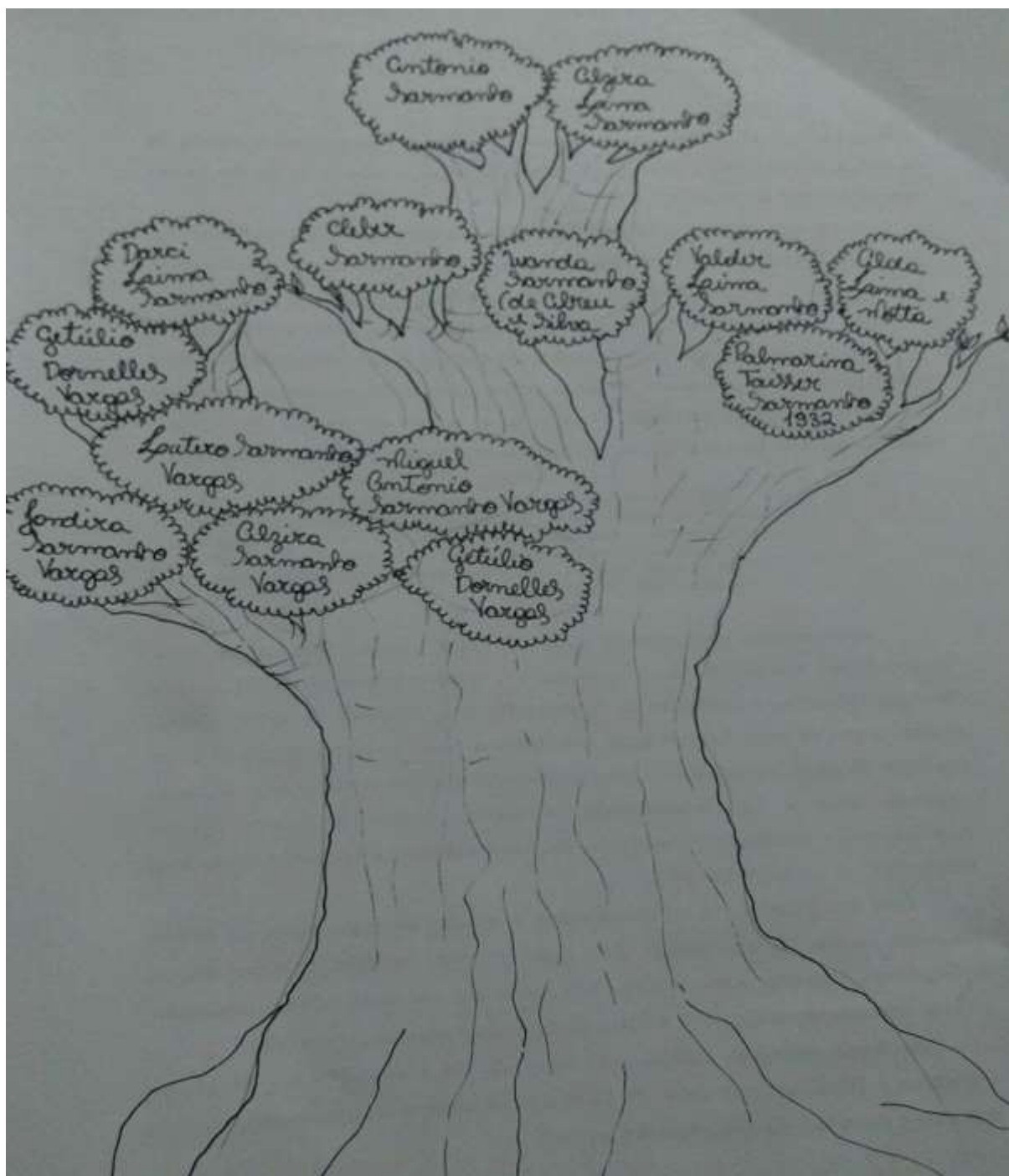
FORMAÇÃO/PROFISSÃO: ECONOMISTA

CARREIRA: PROFESSOR TITULAR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. DOUTOR EM ECONOMIA - UNIVERSIDADE YALE, ESTADOS UNIDOS (1975).

ECONOMISTA FORMADO PELA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FEA/USP) (TURMA DE 1965). SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1995/2002). PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (1993/1994). VICE-DIRETOR DA FACULDADE DE ECONOMIA DA USP (1990/1994). PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE) (1989/1993). PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) (1985/1988). CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL PELO PSDB EM 2002 - OBTVEU 65.685 VOTOS. FOI DEPUTADO FEDERAL SUPLENTE TENDO SIDO EFETIVADO EM 2011
FILIAÇÃO PARTIDÁRIA: PSDB
PARENTESCO: FILHO DE ANDRÉ FRANCO MONTORO E LUCI PESTANA SILVA FRANCO MONTORO. SEU PAI FOI DEPUTADO FEDERAL (1959-1961, 1962-1971, 1995-1999), MINISTRO DO TRABALHO (1961-1962), SENADOR (1971-1983) E GOVERNADOR DE SÃO PAULO (1983-1987). CASOU-SE COM GILDA MARIA CASTANHO FRANCO MONTORO, (PSICÓLOGA – PUC-SP) COM QUEM TEVE QUATRO FILHO
Fonte: <a href="http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eicoes/candidatos-deputado_federal-sp-4546.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eicoes/candidatos-deputado_federal-sp-4546.shtml</a> consulta em 08/04/2018

Figura 3: árvore genealógica família Sarmanho\*

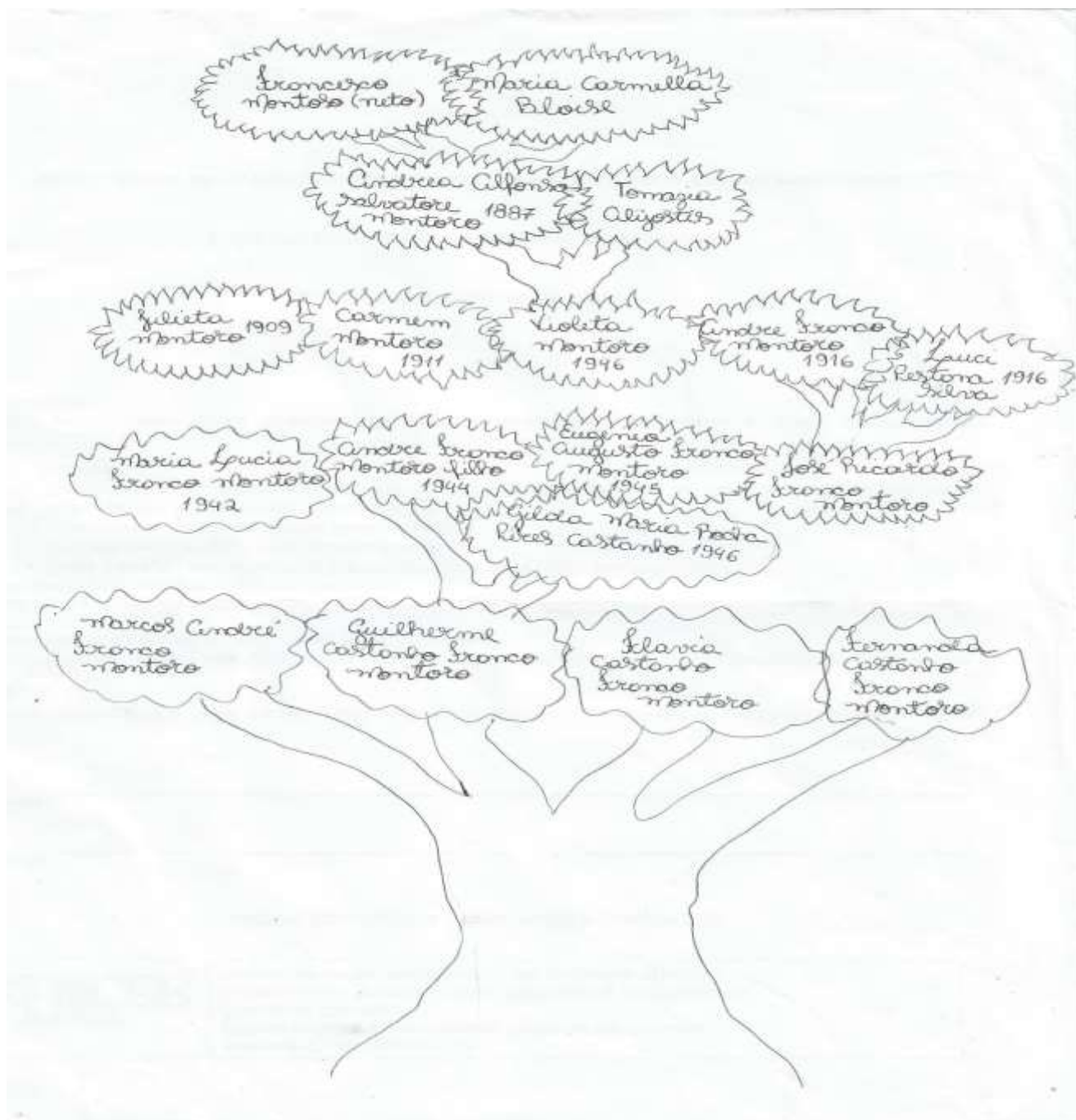




Elaboração da autora (ilustração: Fernanda Gomes)

\* Até a presente data não foram encontrados mais dados sobre sua genealogia.

Figura 4: árvore genealógica família Montoro



Elaboração da autora (ilustração: Fernanda Gomes)

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Berttrand Brasil, 2002.

ESTEVINHO, Glória. “Prosopografia dos diretores do BNDES (1952-2015)”. *Revista NEP-UFPR NEP*. Vol.2 Nº2, páginas 66, 2016.

FERREIRA, Sérgio Luiz, 2005, A "açorianização " do litoral catarinense no setecentos. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-açorianização-do-litoral-catarinense-no-Setecentos-Sérgio-Luiz-Ferreira.pdf>>. Acesso em: 18/02/2018.

MONASTERIO, Leonardo. “Sobrenomes e Ancestralidade no Brasil”. 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28476&Itemid=406](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28476&Itemid=406)>. *Caderno IPEA* - TD 2229 – Acesso em: 18/02/2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa, 2011. “A genealogia como metodologia de análise das estruturas de desigualdade e estratificação social.” Artigo produzido para o XV Congresso Brasileiro de Sociologia, de 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR) – GT 05 – Desigualdade e Estratificação Social. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=search\\_result&Itemid=170](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=170)>. Acesso em: 23/03/2018.

STONE, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista de Sociologia & Política*. v. 19, n.39, 2011, p.115-137.